



DELEGAÇÃO DE MANICA

**RELATÓRIO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES COMUNITARIAS DE
BASE (OCBs), NO ÂMBITO DA PLANIFICAÇÃO DISTRITAL**

(MANICA E SOFALA)

CHIMOIO, MAIO DE 2011

PROPONENTE:

Programa de Apoio ao Desenvolvimento

Rural - PADR, COOPERAÇÃO ITALIANA

FICHA TÉCNICA

Coordenação:

Mestre António Cristos Pinto Madeira

Execução:

dr. Alexandre Tomo Tique

Eng. António Zaqueu

Eng. Adelino Ernesto Mugadui, MSc.

dr Benjamim Caravina

Trabalho de campo:

dr. Charnaldo Ndaipa

dr. Gimo Maundera

ii. AGRADECIMENTOS

Antes de mais, a equipe endereça agradecimentos especiais a Cooperação Italiana, que encomendou o presente estudo e o seu acompanhamento no âmbito do Projecto de Apoio ao desenvolvimento Rural-PADR, através dos Senhores Andrea, Muteia, Lucas e Denise Molica. Aos Drs Gimo Maundera, Charnaldo Ndaipa -UP Manica que acompanharam as equipes de estudantes (GAPDEC) no campo, Dr. Vladimir Raiva que se ocupou pelo processamento de dados e aos responsáveis pelos governos distritais, assim como aos responsáveis/ representantes das OCBs.

iii. LISTA DE ABREVIATURAS

OCB- ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BASE

CC- CONSELHOS CONSULTIVOS

FIL- FUNDO DE INICIATIVA LOCAL

MCRN- MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSO NATURAIS

PADR- PROJECTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

ONGs- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

IPCCS- INSTITUIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONSULTAS COMUNITÁRIAS

PPFD- PROGRAMA DE PLANIFICAÇÃO E FINANÇAS DESCENTRALIZADAS

PESODS- PLANOS ESTRATÉGICOS E SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL

CCLS- CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS

CL- CONSELHOS LOCAIS

SP- SECRETÁRIO PERMANENTE

MAE – MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

UP MANICA- UNIVERDIDADE PEDAGÓGICA, DELEGAÇÃO DE MANICA

GAPDEC- GESTÃO AMBIENTAL, PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

EP₁ - ESCOLA PRIMÁRIA DO PRIMEIRO GARU

EPC - ESCOLA PRIM'ARIA COMPLETA

EN- ESTRADA NACIONAL

ER- ESTRADA REGIONAL

Índice

AGRADECIMENTOS	2
LISTA DE ABREVIATURAS	4
LISTA DE TABELAS	8
1.INTRODUÇÃO	10
1.1.OBJECTIVOS DO ESTUDO.....	11
OBJECTIVO GERAL.....	11
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.2.METODOLOGIA.....	11
1.2.1.ENTREVISTA COM INFORMADORES CHAVES.....	12
1.2.2.INQUÉRITOS AOS LÍDERES OU MEMBROS DAS OCBS.....	13
2.BACKGROUND	14
2.1. IPCCs.....	14
2.2. PRINCIPAIS ACTORES E SEU PAPEL.....	15
2.2.1. GOVERNO.....	15
2.2.2. COMUNIDADES LOCAIS.....	15
2.2.3. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	16
2.2.4. PARCEIROS DE COOPERAÇÃO.....	16
2.3. DESAFIOS DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IPCCS.....	17
2.3.1. DESAFIOS LIGADOS AO LOLE.....	17
2.4. MECANISMO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	19
2.5. INCORPORAÇÃO DE MEDIDAS NA PLANIFICAÇÃO DISTRITAL PARA PROMOÇÃO DA ECONOMIA LOCAL.....	19
2.6. MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE EVOLUÇÃO DO MCRN EM MOCAMBIQUE.....	20

2.7. INSTRUMENTOS LEGAIS	20
2.8. O CONCEITO DE MCRN	21
2.9. PROJECTOS DE MCRN	22
2.9.1. PROVÍNCIA DE MANICA.....	22
2.9.2. PROVÍNCIA DE SOFALA.....	22
2.10. DESAFIOS DO MCRN	23
2.10.1. FRACO CONHECIMENTO SOBRE OS DIREITOS	23
2.10.2. ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SUSTENTABILIDADE DAS OCB.....	24
2.10.3. MODELOS DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	24
2.10.4. BENEFÍCIOS ECONÓMICOS.....	25
3.ÁREA DE ESTUDO	26
3.1.CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS POR DISTRITOS	26
3.1.1.LITOLOGIA DOS DISTRITOS DE BÁRUE, GONDOLA, MANICA E SUSSUNDENGA, PROVINCIA DE MANICA.....	26
3.1.2.LITOLOGIA DOS DISTRITOS DE DONDO, NHAMATANDA, GORONGOSA E CHIBABAVA, PROVINCIA DE SOFALA.....	27
3.2.CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS DA ÁREA DE ESTUDO	28
4.SUMÁRIO EXECUTIVO	32
5.APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ENTREVISTA AO MEMBROS DO CC	35
6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO ÀS OCBS 37	37
6.1.SITUAÇÃO DA LEGALIDADE DAS OCBS EXISTENTES	37
6.2.INFRAESTRUTURAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS OCBS	39
6.3.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DAS OCBS	40
6.4.SITUAÇÃO ORÇAMENTAL E SUSTENTABILIDADE DAS OCBS	41
6.5.CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO	43
6.6.SITUAÇÃO DE FORMAÇÃO DAS OCBS	45

7.CONCLUSÕES	51
8.RECOMENDAÇÕES	54
9.BIBLIOGRAFIA	55
ANEXOS	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS	12
TABELA 2. ÁREA DE ESTUDO	26
TABELA 3. CARACTERÍSTICAS FÍSICO - GEOGRÁFICAS DA ÁREA DE ESTUDO	28
TABELA 4: CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DA ÁREA DE ESTUDO	30
TABELA 5. CONDIÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS E SOCIAIS BÁSICOS	31
TABELA 6. QUANTIDADE DE MEMBROS DOS CCS E OCBS ENTREVISTADOS POR DISTRITO	35
TABELA 7. NÚMERO DE OCB EXISTENTES	35
TABELA 9. FINALIDADE DA CRIAÇÃO DAS OCBS	38
TABELA 10. EXISTÊNCIA LEGAL DAS OCBS	38
TABELA 11. INFRA-ESTRUTURAS E SUAS CONDIÇÕES	39
TABELA 12. EXISTÊNCIA E PERIODICIDADE DE PLANO DE ACTIVIDADES	40
TABELA 13. FONTES DE FINANCIAMENTO DAS OCBS	41
TABELA 14. FONTE DE FINANCIAMENTO	42
TABELA 15. CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO FIL AO NÍVEL DO DISTRITO	42
TABELA 16. CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO	44
TABELA 18. ESCOLARIDADE MÉDIA DOS MEMBROS DAS OCBS	45
TABELA 19. IDADE MÉDIA DOS MEMBROS DAS OCBS	46

TABELA 20. CURSOS DE FORMAÇÃO DAS OCBS	46
TABELA 21. INSTITUIÇÃO QUE DEU FORMAÇÃO ÀS OCBS	47
TABELA 22. A QUANTO TEMPO BENEFICIOU DO CURSO	48
TABELA 23. DURAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO	49
TABELA 24. AVALIAÇÃO DOS CURSOS MINISTRADOS	49

1. INTRODUÇÃO

O Governo de Moçambique, através do Ministério da Agricultura (MINAG), com apoio financeiro do Governo Italiano, está a coordenar a implementação de um projecto denominado Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural (PADR). Tal projecto tem como objectivo principal, melhorar os rendimentos e as condições sociais das populações das províncias Manica e Sofala, com enfoque para os distritos de Bárue Gondola, Manica, Sussundenga, Dondo, Nhamatanda, Gorongosa e Chibabava.

O PADR tem 3 componentes: 1) Geração de rendimentos, 2) Gestão sustentável dos recursos naturais e 3) Planificação económica distrital, com a participação das OCBs Organizações Comunitárias de Bases. A inclusão da componente (3) no PADR surge na sequência de constatações de que, apesar de, nos últimos 8 anos, ter havido um grande esforço do Governo Moçambicano e das agências de cooperação internacional no fomento da participação activa da população local, do sector privado, e ONG's na tomada de decisões, tal participação enfrenta ainda alguns constrangimentos.

Com efeito, ao longo destes anos, notou-se que os planos de desenvolvimento distrital continuam sobretudo como propostas socioeconómicas, em especial nas áreas de infra-estruturas, educação e saúde, prestando-se pouca atenção à formulação de medidas concretas no âmbito do desenvolvimento económico (SLE, 2007).

Em 2007, a Direcção Nacional da Promoção de Desenvolvimento Rural com apoio financeiro do PPF (Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas) e apoio técnico da GTZ (actual GIZ), desenvolveu o m-Del - um método que serve para identificar potencialidades económicas e medidas de apoio ao desenvolvimento económico para integra-los nos Planos Estratégicos e Sociais de Desenvolvimento Distrital (PESODs) e nos planos anuais distritais. De lá para cá, principalmente nos distritos (Manica e Machaze) onde tal metodologia foi testada, nota-se uma tendência ainda que tímida, para uma mudança de abordagem na planificação distrital.

É neste contexto, que surge este estudo, que visa aprofundar o conhecimento sobre a situação actual do funcionamento das OCBs no âmbito da planificação distrital, com vista a aumentar a sua capacidade de planificação económica, monitoria e avaliação das actividades planificadas.

1.1. OBJECTIVOS DO ESTUDO

OBJECTIVO GERAL

O objectivo deste estudo é recolher informações úteis nas OCBs sobre a sua participação na planificação económica distrital e gestão dos recursos naturais, com vista a formulação de 2 projectos, nomeadamente, projecto de fortalecimento da função das OCBs no processo de tomada de decisão a nível local e o projecto de potenciação das comunidades na gestão dos recursos naturais.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Especificamente o estudo pretende:

- Identificar CCLs (Conselhos Consultivos Locais) e as IPCCs (Instituições de Participação e Consultas Comunitárias);
- Verificar o nível organizacional e funcional das OCBs;
- Verificar a constituição, participação, governação interna e dinâmicas dos conselhos locais e IPCCs que sirvam de matéria de análise e propostas de melhoramento.

1.2. METODOLOGIA

Esta pesquisa decorreu de Março ao Maio de 2011 e foi levada a cabo por sete (7) Docentes e seis (6) estudantes finalistas do curso de GAPDEC (Gestão Ambiental, Planificação e Desenvolvimento Comunitário), da Universidade Pedagógica – Delegação de Manica.

Os trabalhos deste estudo foram divididos em 3 fases: Preparação (fase 1), Trabalho de campo (fase 2) e elaboração do relatório e do projecto de fortalecimento das OCB (fase 3), como vem ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 1. Principais actividades realizadas

FASE	PRINCIPAIS ACTIVIDADES	PERÍODO
I (Preparação)	Consulta bibliográfica Concepção do modelo dos inquéritos e entrevistas Seleccção de equipas de trabalho de campo. Formação dos inquiridores Testagem e validação dos instrumentos de trabalho Reconhecimento do terreno	4 à 25 de Março/11
II (Trabalho de campo)	Deslocação aos distritos Entrevista aos representantes dos CC dos Distritos e postos administrativos Inquerito aos representants e membros das OCBs	28 de Março à 13 de Abril/11
III Elaboração do relatório e projecto)	Processamento dos dados Análise e interpretação dos dados Elaboração dos relatório da pesquisa e Proposta do projecto de fortalecimento das OCBs	15 de Abril à Maio/11

Durante a fase I, foram feitas consultas a literatura e documentos relevantes directa ou indirectamente relacionados com estudo, com o propósito de formar fundamentos teóricos e o enquadramento do estudo com as acções já desenvolvidas anteriormente. Os documentos que foram consultados estão indicados no capítulo da bibliografia.

O trabalho de campo consistiu na recolha de dados alfanuméricos que permitem produzir informação, quer pelas entrevistas com os informadores chaves (aos presidentes dos conselhos consultivos locais a todos níveis (excepto o da localidade e povoação) e administração dos questionários aos lideres das OCBs.

1.2.1. ENTREVISTA COM INFORMADORES CHAVES

Foram entrevistados:

- O presidente do CC de cada distrito (o administrador distrital) – na sua ausência foi o SP e o SDAE e
- O presidente do CCPA (o chefe do Posto Administrativo)

O propósito destes encontros era:

- Dar a conhecer o objectivo do estudo;

- Colher opiniões das autoridades administrativas destes locais sobre o estágio actual da planificação descentralizada e
- O número de OCBs existentes em cada região e seu funcionamento no geral.

1.2.2. INQUÉRITOS AOS LÍDERES OU MEMBROS DAS OCBS

Foram inqueridos todos os líderes e/ou membros de todas OCBs identificadas, com o propósito de colher informações sobre o funcionamento e aferir o nível de participação das suas organizações na planificação económica no PESODs. Além das técnicas de recolha de dados acima descritas incluiu-se também a técnica de observação no terreno.

Foram inqueridas 168 OCBs nas Províncias de Manica e Sofala representando mais de 80% do universo (tabela 3). Esta amostra pode-se considerar representativa, por isso, os resultados da presente pesquisa às unidades de amostras podem ser generalizados para o universo de estudo.

2. BACKGROUND

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM MOÇAMBIQUE¹

A participação comunitária em Moçambique surge na sequência dos programas de reajustamento estrutural implementados na África subsaariana, a partir dos anos 80. Efectivamente, foi a abertura à política, consagrada na constituição de 1990, que lançou as bases para uma governação local assente em princípios democráticos de inclusão e participação local. O princípio de gradualismo na autarcização, plasmado na Lei 2/97, acabou instalando, de facto, dois modelos diferentes de descentralização no sistema político moçambicano: uma descentralização política, implicando a devolução de poderes para as 43 autarquias e uma descentralização administrativa, significando uma simples desconcentração para o resto dos órgãos locais da administração local, nomeadamente, os distritos, maioritariamente em zonas rurais, cujo quadro legal se encontra na Lei 8/2003 sobre os Órgão Locais do Estado (LOLE) e seu respectivo regulamento, o Decreto-Lei nº 11/2005.

2.1. IPCCs

IPCCs – (Instituições de Participação e Consultas Comunitárias), são um conjunto de instituições criadas a nível local, no âmbito do LOLE e do seu regulamento, que são: CCL (do distrito, PA, da localidade, e povoação), Fóruns locais e CDC (Valá, 2009).

As IPCCs aparecem estritamente ligadas às primeiras experiências de PD nos finais dos anos 1990, com destaque para as zonas Norte e Centro do país. Assim, circunscritas ao processo de elaboração dos planos distritais, as experiências de PC, viriam num primeiro momento, a serem reguladas no âmbito do guião sobre PC publicado pelo despacho conjunto do MAE, MADER e MPF em 2003 e, num segundo momento, através do LOLE e do seu regulamento 11/2005. A incorporação destas experiências no LOLE e no regulamento 11/2005 visava a institucionalização de mecanismos participação local e sua integração no exercício mais vasto de PD.

¹ Este subcapítulo é largamente inspirado (FORQUEILIA, S.C 2010): Governação distrital no contexto das reformas de descentralização administrativa em Moçambique. In (IESE, 2010): Desafios para Moçambique

Embora haja possibilidade de existência de outras formas de organização comunitária seja reconhecida pelo Estado, o Decreto 11/2005, estabelece essencialmente 4 formas principais, nomeadamente, **conselho local, fórum local, comités comunitários e fundos comunitários**. Destas 4 formas, apenas o conselho local constitui o interlocutor directo do Estado a nível local, na defesa dos interesses das populações locais, no processo de planificação distrital, tal como determina o regulamento:

Os PDD são elaborados com a PP residente através dos CCL e visam mobilizar recursos materiais e financeiros adicionais para a resolução dos problemas do distrito. (Decreto 11/2005).

2.2. PRINCIPAIS ACTORES E SEU PAPEL

Este processo envolve diferentes actores, nomeadamente, Governo, populações locais, ONG's e parceiros de cooperação.

2.2.1. GOVERNO

A nível Central (**MAE e MPD**) - Traçando linhas orientadoras para criação e funcionamento das IPCCs, elaborando material de capacitação dos CCL; a nível **Provincial** - Prestando assistência técnica aos governos distritais em matérias ligadas ao funcionamento das IPCCs, processos de elaboração dos PDs PEDD e dos PESODs. Esta é uma tarefa que está a cargo das DPPF, que contam com as equipas do PPFD provinciais e as EPAPs. E ao **Distrital** - Institucionalizando os CCLs e prestando-lhes assistência técnica em matéria de planificação (PEDD e PESOD), através das ETDs. Refira-se que, dos 3 níveis, o distrital é o que mais directamente está envolvido no estabelecimento dos CCLs e concentra grande parte das responsabilidades do processo de institucionalização dos CCLs.

2.2.2. COMUNIDADES LOCAIS

A inclusão das comunidades locais no processo de tomada dos OLE constitui o fundamento da criação das IPCCs. Todavia, paradoxalmente, a legislação não dá suficiente realce ao lugar e papel das comunidades no processo de institucionalização dos CL. Na prática, pode-se considerar que no processo de institucionalização dos CCLs, o papel das comunidades locais reduz-se essencialmente a:

- (1). Constituição dos níveis mais baixos das instâncias de participação comunitária, fóruns locais, CDCs e outros, de forma a garantir um diálogo mais efectivo e responsável com o Governo nos CL;*
- (2). Selecção de representantes comunitários para os escalões superiores dos conselhos (até ao nível do distrito, e de acordo com a legislação em vigor);*
- (3). Participação em cursos de capacitação em matéria de metodologias participativas e de planificação.*

2.2.3. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

O LOLE e seu regulamento não reserva um papel específico as ONGs na PD. Mas estas, têm estado ligadas desde as primeiras experiências nos finais dos anos de 1990, em Nampula (**Allen e Duppnt, 2006a**). Algumas destas ONGs são: GTZ–PRODER, CONCERN, SNV, IBIS, CARE. A intervenção das ONGs no processo de institucionalização das IPCCs consiste essencialmente nas seguintes actividades:

- (1). A promoção de mecanismo de participação comunitária, não só junto das comunidades como também junto das autoridades administrativas locais (distrito, Posto Administrativo e localidades);*
- (2). A facilitação do processo de constituição das IPCCs;*
- (3). A participação em parceria com PPF, no processo de capacitação das IPCC;*
- (4). A participação no processo de elaboração de material de capacitação das IPCCs para o nível dos Postos Administrativos.*
- (5). Em quinto lugar, o apoio logístico para a realização das sessões dos conselhos locais, particularmente das sedes distritais.*

2.2.4. PARCEIROS DE COOPERAÇÃO

A intervenção dos PC na institucionalização das IPCCs tem sido de forma indirecta, através de financiamento a programas de PFD ou programas de desenvolvimento rural em áreas específicas como agricultura, participação comunitária, etc.

2.3. DESAFIOS DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IPCCS

Os desafios do processo de institucionalização das IPCCs podem ser divididos em 2 grandes grupos:

- (1). Os que tem a ver com as limitações do LOLE e o seu regulamento e*
- (2). Os que estão ligados com o funcionamento das OCB e sua participação no processo de PD.*

Neste subcapítulo apresentamos os desafios relacionados com a legislação. Os desafios ligados com OCB e sua participação no processo de PD serão apresentados mais adiante (discussão dos resultados do presente estudo).

2.3.1. DESAFIOS LIGADOS AO LOLE

2.3.1.1. FUNÇÕES DO CL SOBRE A TOMADA DE DECISÕES A NÍVEL LOCAL

O Decreto (11/2005) determina:

Os PDD são elaborados com a PPL através dos CCL e visam mobilizar recursos materiais e financeiros adicionais para a resolução dos problemas do distrito.

Todavia, a legislação não é suficientemente clara, no que se refere às funções no processo de tomada de decisão ao nível local. Com efeito, se analisa todo o artigo 122 do Decreto 11/2005, que trata das funções e tarefas do CL. Não é óbvio que o conselho local seja um órgão deliberativo ou uma mera instituição de consulta. **(IESE, 2010)**. Por outro lado, estudos recentes sobre o funcionamento das IPCCs, mostram claramente que os CL não têm estado a participar no processo de execução e fiscalização dos planos distritais aprovados

2.3.1.2. FUNÇÕES DOS PRESIDENTES DOS CL A TODOS NÍVEIS, NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IPCCS

A legislação sobre o LOLE estabelece que o governo distrital, na pessoa do administrador, é responsável pela institucionalização dos CL. O Decreto 11/2005, formula esta ideia nos seguintes termos:

O Administrador distrital é o responsável pela institucionalização dos CL dos níveis distritais e inferiores.

Desta maneira, não fica suficientemente claro o papel do administrador: se uma simples facilitação do processo ou uma liderança efectiva com poderes exclusivos na tomada de decisão sobre o andamento do processo como um todo.

2.3.1.3. PAPEL DA OCBS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IPCCS

O Decreto 11/2005 define comunidade como sendo:

Conjunto de população e pessoas compreendidas numa determinada unidade territorial (província, distrito, Posto Administrativo, Localidade, povoação, agregado Familiar) que visam a salvaguarda de interesses comuns, tais como a protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, quer cultivado quer em pousio, florestas, lugares sagrados e de importância cultural, paisagens, fontes de água, áreas de caca.

Como se referenciou anteriormente, a legislação não dá suficiente realce ao lugar e papel das comunidades no processo de institucionalização dos CCLs. Como, ao centralizar a institucionalização dos CCL nos representantes do Estado a nível local e ao privilegiar uma abordagem “*top down*”, a legislação acaba dando às comunidades locais um papel marginal e por conseguinte transformando-as em actor passivo no processo. Em termos de actores que compõem o CC do distrito, os membros que supostamente representam as comunidades locais representam cerca de 50%.

2.4. MECANISMO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

No funcionamento dos CL, há falta de mecanismos institucionalizados de prestação de contas dos membros de CL às comunidades locais. Muitas vezes, os assuntos discutidos a nível dos CL não chegam ao conhecimento das próprias comunidades (não existem mecanismos que garantam o retorno de informação dos CL para as comunidades). Neste contexto os CL correm o risco de funcionarem não como espaços de diálogo entre o governo e a população local, mas unicamente como espaço de tomada de decisão do governo distrital.

2.5. INCORPORAÇÃO DE MEDIDAS NA PLANIFICAÇÃO DISTRITAL PARA PROMOÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

Um dos desafios que têm sido levantados pelos vários estudos, (UNCDF, GTZ-PPFD & Banco Mundial, 2006) citado por (SLE, 2007) sobre o funcionamento dos CCL é que não existe nos distritos um procedimento sistemático que permita definir medidas de desenvolvimento económico e integrá-los nos PEDD e PESODs.

Não existe a possibilidade de enquadrar a utilização do orçamento distrital coerente, ou seja notou-se que os PEDDs continuam sobretudo propostas socioeconómicas, em especial nas áreas de infra-estruturas, educação e saúde, com pouca atenção em acções no âmbito do desenvolvimento económico **(SLE, 2007)**.

Em 2007, a DNDR com apoio financeiro do PPFDF e apoio técnico da GTZ (actual GIZ), desenvolveu o m-Del - um método que serve para identificar potencialidades económicas e medidas de apoio ao desenvolvimento económico para integra-los nos (PESODs) e nos planos anuais distritais. De lá para cá, principalmente nos distritos (Manica e Machaze) onde tal metodologia foi testada, nota-se uma tendência ainda que tímida, para uma mudança de abordagem na planificação distrital. O novo programa de PPFDF, que entrou em vigor em 2010, já inclui a questão de promoção do DEL -. Espera-se então que o m-Del seja usado em todos os distritos.

2.6. MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE² EVOLUÇÃO DO MCRN EM MOCAMBIQUE

Embora o 1º projecto-piloto de maneio comunitário dos recursos naturais (MCRN) em Moçambique, o *Tchuma Tchato*, tenha começado em 1994, o MCRN como estratégia foi adoptado pelo governo em 1997, para o alcance do objectivo social traçado na Política para o Desenvolvimento do Sector de Florestas e Fauna Bravia. Com o decorrer do tempo, notou-se uma evolução na implementação desta estratégia manifestada tanto do ponto de vista do número de iniciativas, como da conceitualização e desenvolvimento de um ambiente político e legislativo adequado.

2.7. INSTRUMENTOS LEGAIS

No que diz respeito a instrumentos legais, destaca-se a aprovação do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia que contempla três artigos e um anexo técnico (artigo 99) ou Diploma Ministerial (Artigos 102 e 1108) importantes para o desenvolvimento da gestão participativa dos recursos naturais:

- O *artigo 99* sobre a Delegação de Poderes para as comunidades, sector privado, organizações ou associações ou a estes em parceria com o Estado, o qual preconiza a elaboração de um anexo técnico definindo os termos e condições para tal;
- O *artigo 102* sobre Benefícios para Comunidades Locais estabelecendo que 20% das taxas de exploração florestal e faunística devem reverter à favor das comunidades de onde os recursos tenham sido explorados;
- O *artigo 108*, relativo aos intervenientes no processo de fiscalização inclui, no nº 2, os conselhos locais de gestão participativa dos recursos naturais;
- O *artigo 112* define a comparticipação de 50% para os denunciantes entre os quais os agentes comunitários.

² Este subcapítulo é largamente inspirado (Nhantumbo, I 2004): Maneio Comunitário em Moçambique: Evolução e desafios para o futuro.

Todo o quadro legal que foi sendo desenhado, reconhece que o uso sustentável dos recursos naturais, ao contrário das práticas de uso insustentável só poderá ser alcançado com a participação efectiva dos principais actores e usuários dos recursos naturais, de entre eles, as comunidades.

2.8. O CONCEITO DE MCRN

O MCRN iniciou com a importação de conceitos e abordagens externas como é o caso do **CAMPFIRE**³. A maior parte das abordagens da região são baseadas na exploração de recursos faunísticos que possuem um valor intrínseco bastante elevado e associado à actividade turística propiciada pela existência de infra-estruturas adequadas para o efeito. Todavia, em Moçambique, o recurso faunístico é relativamente escasso, pobres infra-estruturas de acesso, ciclo ou rotação florestal bastante longo, capacidade de processamento limitada, acesso à tecnologia e crédito quase inexistentes, instituições locais não sólidas, etc. Portanto, não se mostrou oportuno copiar e passar as experiências da região. Assim, foi necessário buscar abordagens e metodologias contextualizadas ao ambiente nacional.

Mansur e Nhantumbo (2000) apresentaram o primeiro modelo de MCRN em Moçambique. Os instrumentos operacionais mostravam lacunas significativas para dar respostas objectivas a estas questões. Se houve uma campanha terra que permitiu o conhecimento sobre os direitos e obrigações em relação à terra, a mesma organização não existiu com vista a disseminar a legislação de florestas e fauna bravia, limitando de certo modo a capacidade de inovação na implementação da mesma.

Com o decorrer do tempo o MCRN deixou de ser considerado uma abordagem sectorial. Assim, **Mansur e Cuco (2002)** apresentaram um modelo evolutivo, em que o maneio comunitário é uma das várias oportunidades de desenvolvimento para as comunidades rurais carecendo apenas de uma abordagem de desenvolvimento integral. Os autores acrescentavam que tal implicaria o estabelecimento de parcerias

³ **Explicar o que é CAMPFIRE...**

entre organizações vocacionadas à conservação e, aquelas cujo mandato principal é o desenvolvimento rural.

Nhantumbo, et al (2003), elaboraram um outro que mais tarde **Nhantumbo (2003)**, elaborou uma versão mais completa. Um aspecto particular é que representa "a fundação" da "Palhota Africana Melhorada" como sendo constituída não só pela educação, mas também pelo acesso à informação relativa aos seus direitos, tecnologias, parcerias etc. E, o acesso aos serviços de saúde.

2.9. PROJECTOS DE MCRN

Quatro anos depois de iniciar o primeiro projecto-piloto em Tete, em 1998 existiam 32 iniciativas, número que passou para 42 em 2000 (Mataka e Mushove, 2001) atingindo o pico de 61 no ano de 2001 (Magane, 2001). De lá para cá tem se notado, o término de algumas destas experiências com a cessação do apoio externo, tanto financeiro como técnico, outras apesar da ausência desse apoio continuam o processo com liderança local. Na área de actuação do PADR, alguns projectos de MCRN que foram implementados são:

2.9.1. PROVÍNCIA DE MANICA

- Sussundenga: Projecto de áreas de Conservação Transfronteiriça de Chimanimani e reserva florestal de Moribane;
- Gondola: Projecto de MCRN de Pinanganga.

2.9.2. PROVÍNCIA DE SOFALA

- Gorongosa: projecto de MCRN na montanha de Gorongosa e projecto de manejo integrado do Norte de Sofala (PNG e Reserva de Marromeu).

O MCRN é um processo dinâmico e bastante influenciado pelo ambiente político, agente facilitador e pela vida ou duração do projecto. Aqui é de salientar a abordagem imediatista (curto prazo) das intervenções comparada com a necessidade de um investimento (técnico e financeiro) a longo prazo através de uma abordagem de programa.

2.10. DESAFIOS DO MCRN

2.10.1. FRACO CONHECIMENTO SOBRE OS DIREITOS

A experiência ora acumulada mostra ainda haver vários constrangimentos para a transformação do direito das comunidades atribuído pelos vários instrumentos legais. O resultado eminente é falta de uma base para exercer o poder de decisão sobre o uso dos recursos naturais e buscar formas de acrescentar valor ao mesmo. O mais importante nó de estrangulamento é a falta de informação por parte dos potenciais beneficiários, a fraca capacidade destes transformarem o conhecimento em acção visto faltar-lhes conhecimento técnico, domínio dos procedimentos e, sobretudo, a capacidade de custear as despesas que o usufruto dos benefícios da legislação implica.

A disseminação da legislação prevalece *ad hoc* e não concertada. Exemplo sintomático disto é o facto de a comunidade que teve acesso à legislação de **terras e FFB** achar a primeira benevolente pois segundo a sua percepção dá o direito à terra através do reconhecimento dos direitos costumeiro e de ocupação, enquanto a segunda, a de FFB, simplesmente penaliza (não caça, não queima, não corta a floresta para fins comerciais, etc.) (**Nhantumbo, et al, 2003**). Esta situação pode ser revertida através de uma intervenção atempada e concertada.

Levantamentos feitos em todo país no âmbito do trabalho compilado por **Nhantumbo e Macqueen (2003)** indicaram haver deliberada criação de falsas expectativas, de modo a conseguir o endosso da proposta de empreendimento, resultando nas seguintes inquietações e pontos de vista:

- Os 20% das taxas para a comunidade poderão dar azo à aceitação massiva de operadores com o objectivo de aumentar a renda comunitária e promover maior desenvolvimento local em detrimento da conservação dos recursos naturais;
- As Comunidade não tiram benefícios tangíveis da presença e exploração dos recursos naturais pelo sector privado. O emprego propalado como um dos benefícios principais oferecidos pelo sector pode oferecer salários tão baixos

quanto 200 Mt/mês (2002), desconto em caso de doença, sem contrato, nem férias, etc.

As chamadas benfeitorias sociais como escolas e centros de saúde com material convencional, pagamento de professores, construção de casa mortuária e oferta de madeira para caixões representam excepção e não regra. Todavia, algumas empresas assumem a responsabilidade social como um instrumento importante para o desenvolvimento do seu empreendimento. A devolução de 20% das taxas é interpretada como preterindo a responsabilidade social corporativa no lugar de ser apenas a contribuição do estado para o desenvolvimento local.

2.10.2. ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SUSTENTABILIDADE DAS OCB

O modelo de maneio comunitário é essencialmente composto pelos comités de gestão maioritariamente constituídos por representantes da comunidade. Se há algum tempo era importante discutir a composição e representatividade desta instituição, actualmente, o enfoque é sobre o seu funcionamento, a capacidade de liderança do processo de implementação do MCRN, a capacidade de negociação e estabelecimento de relações com outros parceiros, a prestação de contas à comunidade, de entre outros aspectos. Os comités estão em diferentes estágios de desenvolvimento no tocante a estes aspectos, continuando a necessitar de apoio na aquisição de tal capacidade.

2.10.3. MODELOS DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Aparentemente, há muito pouco avanço nesta área. Persiste um clima de falta de confiança entre o sector privado e a comunidade, embora haja alguns exemplos de resultados positivos de parceria como são os casos do *Tchuma Tchatu*. Deve-se destacar que apesar de não conclusiva, há indicação de que tal parceria seja mais fácil de estabelecer quando o recurso explorado é a fauna e não o recurso florestal. Se esta constatação for real, então é preciso investigar os constrangimentos e procurar possíveis soluções. Alternativamente, a busca de formas inovadoras de uso dos recursos deverá ser priorizada de modo a não frustrar as expectativas da comunidade.

2.10.4. BENEFÍCIOS ECONÓMICOS

O valor intrínseco da terra e de outros recursos constitui a base para a realização ou não das expectativas criadas pelo manejo comunitário. A comunidade rural dedica-se essencialmente à agricultura e à extracção dos recursos para satisfação das suas necessidades imediatas. A substituição das actuais actividades pelas novas, trazidas pelo MCRN, supostamente concorrendo para a gestão sustentável dos recursos está associada a um custo de oportunidade. Este não está a ser calculado de modo a estabelecer os custos e benefícios que a mudança de práticas e do tipo de uso poderá trazer.

A preferência temporal da comunidade é curta. A percepção prevalecente em relação aos ganhos incrementais para as comunidades *com* e *sem* direito de uso e aproveitamento da terra é de que as primeiras têm custos adicionais resultantes das despesas com o processo e com a implementação das restrições trazidas pelo uso sustentável dos recursos. Aparentemente, tal situação resulta numa concorrência desleal com as outras (sem DUAT) comunidades. Naturalmente, esta percepção denota a visão de curto prazo e a necessidade de obtenção de benefícios imediatos que raras vezes é conseguida no MCRN.

Uma das lacunas actuais do MCRN é a fraca contabilização do investimento realizado, os custos decorrentes e os benefícios daí resultantes. O grande desafio aqui é a sistematização das despesas e receitas de modo que se possa monitorar os ganhos reais trazidos pelos diferentes micro-empresendimentos. O MCRN contempla benefícios individuais e colectivos. A distribuição dos benefícios por isso a comunidade poderá financiar a continuidade dos projectos de MCRN ou seja internalizar os custos e benefícios do MCRN. Será a criação de um Fundo de Desenvolvimento Local viável e sustentável?

O acréscimo do valor aos recursos naturais através do processamento e certificação é imprescindível. Estará o mercado nacional sensibilizado para pagar mais pelos

produtos extraídos de florestas sob gestão sustentável com a comunidade como actor principal.

3. ÁREA DE ESTUDO

A área do estudo corresponde a oito distritos das províncias de Manica e Sofala. O quadro que se segue representa os dados gerais.

Tabela 2. Área de Estudo

Distrito	Superfície (km ²)	População (hab)	Densidade populacional (hab/km ²)	Distância a capital (km)
Província de Manica				
Báruè	5.580	137.582	16	143
Gondola	5.375	262.412	48	22
Manica	4.395	213.206	49	68
Sussundenga	7.100	129.851	18	41
Província de Sofala				
Dondo	2.443	142.387	58	30
Nhamatanda	3.975	210.757	53	100
Gorongosa	7.659	116.912	15	190
Chibabava	8.012	101.667	13	274

3.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS POR DISTRITOS

3.1.1. LITOLOGIA DOS DISTRITOS DE BÁRUE, GONDOLA, MANICA E SUSSUNDENGA, PROVINCIA DE MANICA

Litologicamente, os distritos em estudo são constituídos respectivamente por: rochas metamórficas (do complexo granítico-gneissico e série metassedimentar), com ocorrências minerais de *ferro* e *cianite*; rochas sedimentares (aluvião, arenosos e argilo-arenoso, coluvião e eluvião) para além de grés, tilites e série produtiva; Há registo de ocorrências minerais de espécie *cassiterite* e *granitos negros*; predominam rochas eruptivas (sienitos e granitos). Há ocorrências de minerais como minérios de ferro, ouro e jazigos de bauxite e cobre; e, rochas Eruptivas (sienitos e granitos) e Rochas Metamórficas (série metassedimentar, complexo granítico-gneissico e meta-vulcânica do cinturão de Manica). Quanto a ocorrência de minerais, destaque vai para jazigo de asbestos. Em Sussundenga se estende de grosso modo a Corrdilheira de

Chimanimani, onde aflora o ponto mais alto do País, Monte Binga com **2436** metros de altitude.

Os solos predominantes são de tipo franco-argiloso-arenosos avermelhados, fertilidade baixa a intermédia, susceptíveis a erosão, solos argilosos vermelhos e profundos, boa permeabilidade e bem drenados, fertilidade baixa a intermédia; e, solos arenosos de fertilidade muito baixa e baixa retenção de água.

3.1.2. LITOLOGIA DOS DISTRITOS DE DONDO, NHAMATANDA, GORONGOSA E CHIBABAVA, PROVINCIA DE SOFALA

Litologicamente os distritos em referencia são respectivamente caracterizados por: rochas sedimentares (grés, conglomerados e calcários, eluvião arenoso e argilo-arenoso, dunas, calcário lacustre, aluvião, coluvião e eluvião; Rochas Eruptivas (chaminés vulcânica de traquitos e fonolitos, basálticos e carbonatitos), Rochas Sedimentares (grés, conglomerados e calcários, dunas, calcário lacustre, aluvião, coluvião, eluvião, eluvião arenoso e argilo-arenoso); rochas sedimentares (dunas, calcário lacustre, aluvião, coluvião, eluvião) e rochas metamórficas (complexo granítico-gnaissico; e, rochas sedimentares (eluvião arenoso, e rochas eruptivas (basaltos).

Os solos predominantes são arenoso avermelhados, fertilidade muito baixa e Baixa retenção de água, solos fluviais de alta fertilidade, difícil lavoura em partes, eventual excesso de água e/ou salinidade; solos franco-argiloso-arenosos acastanhados evoluídos. Fertilidade intermédia a boa, em partes delgadas; solos muito pesados de cor cinzenta e negra, mal drenados e de difícil lavoura; Solos delgados e poucos profundos, rochosos e não aptos para agricultura; solos fluviais de alta fertilidade, de difícil lavoura em partes. Solos arenosos - avermelhados, fertilidade muito baixa e baixa retenção de água; solos rochosos e aptos para agricultura; e solos muito pesados.

A tabela a seguir sumariza alguns dados relevantes sobre os oito distritos das duas províncias que foram objectos do estudo.

Tabela 3. Características Físico - geográficas da Área de Estudo

Distrito	Clima predominante	Temperaturas médias anuais (° C)	Precipitação (mm)	Principais rios
PROVINCIA DE MANICA				
Barue	Tropical modificado pela altitude	18 à 22	1000 a 1400	Pungue, Nhazonia Caeredzi e Pandira
Manica	Tropical modificado pela altitude	18 à 20	1000 à 1800	Messica, Revue, Munene Zonue, Vanduzi, Dicuti
Sussundenga	Tropical modificado pela altitude	18 à 20	1000 à 1800	Mupandeia, Munhiga, Mussamba, Mussapa grande, Rotanda, Muerere, Marepo Lucite Mevumosi, Mussapa pequeno Mucambe Tivundo, Matundinhe, Forodzi e Revue
PROVINCIA DE SOFALA				
Dondo	Tropical húmido	24 à 26	1000 à 1800	Nhamechinda, Guetecha, Savane, Nerirongwe e Madzize
Nhamatanda	Tropical húmido e modificado pela altitude	22 à 26	800 à 1200	Mucombeze, Arunua, Mecudeze, Messicabo Rufuxo, M'tuhira, Muda, Bigimite
Gorongosa	Tropical húmido e modificado pela altitude	22 à 26	800 à 1400	Mudicapinda, Chitunga, Messicazi, Muche, Vunduzi, Melungúdezi, Nhambazana, Nhandungue Mucoza, Mepuaze, Sunge, Muredzi, Urema, Sambize, Ruis e Mussapassua
Chibabava	Tropical seco e modificado pela altitude	22 à 26	600 à 1200	Buzi, Revue, Mubaba, Nhaxoma, Inhanjane, Macolosse, Muvira, Murea, Inhoma e Repenhe

3.2. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS DA ÁREA DE ESTUDO

A semelhança do que acontece, um pouco por todo o país, a área de estudo apresenta algumas simetrias no que se refere a diversidade de grupos etnolinguísticos. Porém, predomina o Shona, Cibarue, Tewe e Ndau em Manica, Sena e Ndau em Sofala.

Apesar da diversidade etno-cultural, alguns aspectos são comuns, como por exemplo a forma de cumprimentar, algumas cerimónias tradicionais, que incluem o casamento, a educação dos filhos e a alimentação. Estes grupos são todos patrelineares e o homem é o chefe da família e, em caso de morte, geralmente a herança fica para os filhos do sexo masculino ou familiares do marido.

Como maior parte dos africanos, é comum a realização de cerimónias evocando os espíritos dos antepassados, que constituem igualmente um momento de recreação, onde normalmente se consomem bebidas locais preparadas para o efeito. A dieta alimentar é baseada na farinha de milho, mapira acompanhada normalmente de verduras, carne de caca ou animais domésticos e peixe.

No geral, em todos os distritos estudados, as principais actividades económicas são a agricultura, pecuária e o comércio informal, que ganhou lugar de destaque nos últimos vinte a trinta anos. A tabela que se segue ilustra as principais actividades económicas na área de estudo.

Tabela 4: Características Socioeconómicas da Área de Estudo

Distrito	Área cultivada (ha)	% em relação a Superfície do distrito	Principais Culturas	Pecuaria (Especie)	Tipo de pasto	Mosca tse-tse
Provincia de Manica						
Barue	33.356	4.6	Milho, Sorgo, Arroz e mandioca	Suino, galinacea, caprino e bovino	Amargo e doce	Alguns focus
Gondola	33.356	4.6	Milho, Sorgo, arroz, mandioca banana, citrinos e ananas	Suino, galinacea, caprino e bovino	Amargo	Alguns focus
Manica	29.455	6.7	Milho, Sorgo, Feijao manteiga, Feijao Nyemba, amendoim, batata doce, arroz, hortalias, algodao, gergelim, mandioca e gengibre	galinacea, caprino e bovino	Amargo	Alguns focus
Sussungenga	18.331		Trigo, Milho, Sorgo, Feijao manteiga, arroz, algodao, caju, mandioca, batata-doce	Suino, galinacea, caprino e bovino	Amargo	Alguns focus
Provincia de Sofala						
Dondo	28.790	12	Milho, Sorgo, Feijao manteiga, amendoim, batata doce, arroz, Mexoeira, algodao, mandioca e hortícolas, cana-de-acucar e caju	Suino, galinacea, caprino e bovino	Doce e Amargo	Predomíno de mosca tse-tse
Nhamatanda	21.560	5	Milho, Sorgo, Feijao manteiga, amendoim, batata- doce, arroz, hortalias, algodao, gergelim, mandioca,caju, gira-sol	Suino, galinacea, caprino e bovino	Doce e amargo	Predomíno de mosca tse-tse
Gorongosa	20.156	2	Milho, Sorgo, Feijao manteiga, F amendoim, batata doce, arroz, mandioca	Suino, galinacea, caprino e bovino	Doce	Maior Predomíno de mosca tse-tse
Chibabava	14.761	2	Milho, Sorgo, Feijao manteiga, mexoeira, amendoim, batata doce, arroz, hortalias, algodao, gergelim, gira-sol mandioca, caju e Tabaco			

Em termos de potencialidades de recursos naturais, destacam-se os distritos de Báruè, Gondola, Manica e Sussundenga que congregam valores como terras férteis para a prática da agricultura, minérios, recursos florestais e faunísticos.

O turismo é considerado hoje o mais promissor e dinâmico sector económico do país, com impacto directo em cerca de 52 sectores da economia. É um fenómeno de grande

importância social e económica para as sociedades actuais e que pode potenciar bastante o desenvolvimento de um distrito. Assim, o turismo deve ser encarado como uma oportunidade para os distritos dado que existe um potencial imenso de recursos naturais para o seu desenvolvimento.

Considerando, ainda a existência de um reduzido uso do potencial do turismo nos distritos, uma estrutura ecológica segura e uma elevada protecção dos recursos naturais são necessários. Assim como é necessário desenvolver actividades que conduzam à criação de condições para uma gestão eficaz das Áreas de Conservação existentes, por exemplo: serra Choa em Bárue; Chinhamapere, Vumba, Quinta da fronteira, Guindigui e Albufeira da Chicamba em Manica; Chimanimani e Nhourombe em Sussungenga; Serra de Gorongosa, o Parque Nacional da Gorongosa e reserva de Marromeu em Sofala. A tabela que segue ilustra as infra-estruturas sociais dos distritos estudados.

Tabela 5. Condições Infra-estruturais e Sociais Básicos

Distrito	Saúde		Educação			Água Furos e pocos	Energia Electrica	Telefone (movel e fixa)	Estradas	
	CS I / II	PS	EP1	EPC	ESG				ER	EN
PROVINCIA DE MANICA										
Barue							Existe, excepto Choa	Existe		1
Gondola							Existe, excepto Zembe			2
Manica							Existe, excepto Mavonde			1
Sussungenga	7	-	60	9	2	-	Existe (gerador em Dombe)		6	1
PROVINCIA DE SOFALA										
Dondo	6	7	42	8	3	-	Existe	Existe		1
Nhamatanda							Existe			1
Gorongosa	10	7	58	3	1	258	Existe			1
Chibabava							Existe			1

4. SUMÁRIO EXECUTIVO

A partir da pesquisa realizada, foram constatados os seguintes aspectos;

- Em média, existem cerca de 20 OCBs por Distrito, o equivalente de 80 OCBs por Província;
- A maioria das OCBs nas duas províncias está virada para Produção agropecuária para geração de renda, sendo 79% em Sofala e 97% em Manica;
- A maioria das OCBs nas duas províncias (mais de 60%) tem existência legal com documentos reconhecidos pelas autoridades governamentais sobre a sua existência;
- Em Sofala apenas 35% das OCBs possuem instalações, contra 55% na província de Manica;
- Em Manica, as OCBs que não possuem instalações próprias a maioria (55%) possui local fixo de encontro sendo a casa do líder e a sede do Governo os mais frequentes contra apenas 12% na província de Sofala;
- A maioria das OCBs nas duas províncias utiliza fontes alternativas de abastecimento de água, sendo as fontes mais predominantes os poços e rios, com 65% em Sofala e 79% em Manica;
- Nas duas províncias a maioria das OCBs possui planos de actividade e poucas trabalham sem um plano, sendo 10% em Sofala e 15% em Manica;
- Os Planos de actividade existentes na sua maioria foram concebidos para períodos inferiores a 1 anos, sendo 72% para Sofala contra 75% em Manica;
- A frequência de encontros é por períodos inferiores a um mês, sendo 89% das OCBs de Sofala contra 63% das de Manica;
- No final dos encontros o documento mais elaborado é a acta com 81% das OCBs de Sofala contra 76% de Manica;
- Nos encontros as decisões são tomadas democraticamente por maioria relativa, situação reportada por 99% das OCBs de Manica contra 96% das de Manica;

- A maioria das OCBs não possui fontes de financiamento para o seu funcionamento;
- Em Manica, 58% OCBs funcionam com fundos próprios, enquanto em Sofala nenhuma. A seguir, 78% da OCBs de Sofala recebem doações contra 34% em Manica e 27% das OCBs de Sofala que tem financiamento recebem através de parcerias contra 8% de Manica;
- Em Sofala, 94% das OCBs e 90% de Manica afirma que as suas actividades não são sustentáveis;
- A maioria das OCBs conhece a existência do FIL, sendo maior a percentagem em Manica com 80% contra os 68% de Sofala;
- Em Sofala, 98% das OCBs tiveram conhecimento sobre a existência do FIL, directamente dos serviços do governo, contra 69% em Manica;
- Os líderes comunitários participaram em 27% na divulgação do FIL contra 1% de Sofala;
- Das OCBs que participam na discussão do FIL, a maioria participa algumas vezes ou com pouca participação, segundo afirmaram 61% das OCBs de Manica contra 52% de Sofala;
- Nas duas províncias o FIL beneficiou apenas 19% das OCBs e dos que se beneficiaram tiveram os fundos apenas 1 vez;
- Nas duas províncias dos que beneficiaram do FIL, a modalidade de reembolso é por prestações;
- A legislação mais conhecida é a Lei de terras, conhecida por 94% das OCBs em Sofala, contra 88% em Manica, seguida da lei de florestas e fauna bravia, com 93% em Sofala contra 81 em Manica e a menos conhecida é a lei do ordenamento territorial, conhecida por 69% das OCBs de Manica e 65% de Sofala;
- Com relação a praticabilidade ou não das leis, todas OCBs de Manica acham que sim enquanto 91% das de Sofala acha o mesmo;

- O Conflito de terras parece não ser problema em Sofala, onde 85% das OCBs afirmaram não existir, mas o cenário é inverso em Manica onde 78% das OCBs afirmaram existir este problema;
- Nas duas províncias mais de 90% dos membros das OCBs possui a escolaridade média elementar ou nenhuma. Situação relativamente melhor, mas ainda longe do ideal verifica-se em Manica onde existem membros com escolaridade secundária básica e média;
- Nas duas províncias a maioria dos membros fala língua local ao invés do Português, sendo 90% em Sofala e 70% em Manica;
- Poucos jovens fazem parte das OCBs, sendo 13% em Sofala e 18% Manica. A maioria pessoas adultas com idade compreendida entre 35 e 45 anos;
- As OCBs que receberam formação o período em que receberam a formação é muito variável, mais a maioria foi a menos de 2 anos;
- Em Manica 50% achou que a formação melhorou muito o funcionamento das OCBs, enquanto em Sofala nenhuma OCB pensa deste modo;
- Em ambas províncias 5% de OCBs acham que a formação não melhorou nada a vida da OCB;

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS AOS MEMBROS DO CC

Como ponto de partida para o estudo foi desenhado um guião de entrevista semi-estruturado destinado aos membros de direcção dos Conselhos Consultivos distritais, sendo Administradores, Secretários Permanentes Distritais ou Chefes de Serviços distritais.

A entrevista tinha como objectivo obter informações oficiais de cada distrito sobre as OCBs existentes, áreas de actividade, seu impacto e forma de participação destas nos Conselhos Consultivos distritais.

A tabela abaixo indica a distribuição dos membros dos concelhos consultivos Representantes das OCBs entrevistados em cada um dos distritos.

Tabela 6. Quantidade de Membros dos CCs e OCBs Entrevistados por Distrito

PROVÍNCIA	DISTRITO	CC	OCB
MANICA	Gondola	6	26
	Bárue	3	8
	Manica	3	22
	Sussundenga	4	21
Subtotal		16	77
SOFALA	Dondo	2	21
	Nhamatanda	2	26
	Chibabava	3	24
	Gorongosa	3	20
Subtotal		10	91
Total		26	168

Tabela 7. Número de OCB existentes

Número de OCBs existentes	Sofala % (n = 10)	Manica % (n = 14)
Menos de 10	50	71
10 – 20	20	21
20 – 30	30	8

De acordo com os dados apresentados e fazendo fé às declarações dos entrevistados (mais de 85% dos quais com nível médio e superior) em cada distrito existem em média 20 OCBs.

Segundo os mesmos depoentes, em Sofala 88% das OCBs estão representadas no Conselho Consultivo distrital, enquanto em Manica são 100%, onde nas duas províncias elas representam cerca de 90% dos membros dos CCs.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS INQUÉRITOS ÀS OCBs

Com vista a obter informações sobre o funcionamento das OCBs, foi desenhada uma ficha de inquérito com perguntas mistas - abertas e fechadas (veja em anexo a ficha de inquérito às OCBs).

Tendo como alvo os líderes das OCBs nos postos administrativos e localidades o instrumento foi testado (estudo piloto) em líderes comunitários de sete (7) bairros e/ou postos administrativos da cidade de Chimoio, pessoas com o perfil similar aos respondentes do estudo propriamente dito. Depois de correcções o instrumento foi considerado válido e fiável para obter informações relevantes sobre o estudo.

De seguida apresenta-se em tabelas, interpreta-se e discute-se os resultados do inquérito aos líderes das 168 OCBs dos 8 distritos das províncias de Manica e Sofala tal como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 8. Quantidade de OCBs Inqueridas por Distrito

PROVÍNCIA	DISTRITO	OCB
MANICA	Gondola	26
	Bárue	8
	Manica	22
	Sussundenga	21
	Subtotal	--
SOFALA	Dondo	21
	Nhamatanda	26
	Chibabava	24
	Gorongosa	20
Subtotal	--	91
Total	--	168

6.1. SITUAÇÃO DA LEGALIDADE DAS OCBs EXISTENTES

As Organizações Comunitárias de Base (OCBs) fazem parte das IPCCs (Instituições de Participação e Consultas Comunitárias) ao nível dos distritos, postos administrativos e localidades.

A criação das OCBs é espontânea e movida por defesa de interesses de um grupo de pessoas das comunidades numa determinada área.

A tabela abaixo indica a finalidade das OCBs na área de estudo:

Tabela 9. Finalidade da Criação das OCBs

Finalidade da OCB	Sofala % (n = 80)		Manica % (n = 77)	
	Produção agro-pecuária de subsistência	3		3
Produção agro-pecuária para geração de renda	79		97	
Exploração de recursos florestais para subsistência	1		0	
Exploração de recursos florestais para preservação	16		0	
Exploração turística	0		0	
Exploração mineira	0		0	
Recursos pesqueiros	1		0	

Com base nos dados apresentados na tabela acima pode-se concluir que a maioria da OCBs nas duas províncias está virada para Produção agro-pecuária para geração de renda, sendo 79% em Sofala e 97% em Manica. Nota positiva na província de Sofala é a existência de 16% de OCBs dedicadas à Exploração de recursos florestais para preservação e nenhuma OCB com a mesma finalidade em Manica.

Nota negativa a referir é que apesar de existir outras actividades sócio económicas em que os distritos possuem potencial de exploração, não existem OCBs criadas para o efeito, por exemplo, nas áreas de: Exploração turística; Exploração mineira e Recursos pesqueiros.

⇒ Necessário incentivar a criação de OCBs em áreas nas quais o distrito possui potencial além das áreas tradicionalmente existentes.

Para que a sua participação ao nível do governo seja efectiva é necessário que as OCBs tenham uma existência legal.

A tabela abaixo ilustra a situação da legalidade das OCBs nas duas províncias que foram alvo do estudo.

Tabela 10. Existência Legal das OCBs

Situação	Sofala % (n = 80)		Manica (n = 77)	
	Sim	Não	Sim	Não
Existência de Estatutos	80	20	62	32
Existência de Regulamento Interno	81	19	70	38
Registo da OCB	78	22	66	35
Existência de Documentos Legais	68	32	72	28

Com base nos dados apresentados na tabela acima podem-se fazer as seguintes inferências:

- A maioria das OCBs nas duas províncias (mais de 60%) tem existência legal com documentos reconhecidos pelas autoridades governamentais sobre a sua existência. Contudo, cerca de 30% das OCBs afirma possuir os seus estatutos publicados no BR;
- A maioria das OCBs afirma possuir regulamento interno, contudo não foi possível verificar tais documentos ou obter a confirmação das autoridades governamentais dos distritos;
- Portanto, o maior desafio seria aprovação dos estatutos das OCBs pelo Ministério da Justiça e lutar para a sua publicação no BR. Deste modo teriam uma existência legal e facilitaria as suas actividades. Esta acção é prioritária porque a maioria das OCBs – 66% em Sofala e 58% em Manica – existe há mais de quatro anos (veja em anexo a tabela sobre a constituição das OCBs);

6.2. INFRAESTRUTURAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS OCBs

A existência de instalações cria um bom ambiente para o trabalho das OCBs. Se a existência de condições nas instalações, como energia, mobiliário, água, meios informático melhoraria ainda mais o trabalho das OCBs.

A tabela abaixo indica a existência ou não de infra-estruturas nas OCBs das duas províncias, bem como algumas condições em que trabalham.

Tabela 11. Infra-estruturas e Suas Condições

Situação	Sofala % (n = 80)		Manica % (n = 77)	
	Sim	Não	Sim	Não
Existência de instalações	35	65	55	55
Instalações próprias	38	62	63	37
Mobiliário	11	89	21	79
Energia eléctrica	5	96	11	89
Equipamento informático	2	98	3	97

Com base nos dados apresentados na tabela acima pode-se verificar que em Sofala apenas 35% das OCBs possuem instalações, contra 55% na província de Manica.

Das OCBs que disseram que tinham instalações, 38% delas em Sofala são instalações próprias contra 63% na província de Manica. Nas mesmas OCBs com instalações próprias, em Manica 21% possui mobiliário, contra 11% em Sofala e em termos de corrente eléctrica, em Manica 11% possui, contra 5% em Sofala e apenas 2% das OCBs de Sofala possuem material informático, contra 3% das OCBs de Manica.

Em Manica, as OCBs que não possuem instalações próprias a maioria (55%) possui local fixo de encontro sendo a casa do líder e a sede do Governo os mais frequentes contra apenas 12% na província de Sofala. (Veja em anexo a tabela sobre a alternativa à falta de instalações).

A maioria das OCBs nas duas províncias utiliza fontes alternativas de abastecimento de água, sendo as fontes mais predominantes os poços e rios, com 65% em Sofala e 79% em Manica (veja em anexo a tabela sobre fonte de abastecimento de água das OCBs).

⇒ Embora variável nas duas províncias, pode-se concluir que a situação de inexistência de infra-estruturas é muito preocupante, mais preocupante ainda são as inadequadas condições de trabalho, sem energia eléctrica e meios informáticos.

6.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DAS OCBs

A forma de organização de um grupo e uma boa planificação são factores determinantes para o sucesso das suas actividades.

A tabela abaixo indica a existência ou não de um plano de actividades das OCBs bem como a sua periodicidade.

Tabela 12. Existência e Periodicidade de Plano de Actividades

Sofala % (n = 80)				
Sim 90 (71)				Não 10 (8)
Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	
57 (33)	18 (13)	7 (5)	28 (20)	
Manica % (n = 77)				
Sim 85 (60)				Não 15 (17)
Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	
37 (22)	23 (15)	15 (9)	25 (15)	

Com base nos dados da tabela acima pode-se inferir que nas duas províncias a maioria das OCBs possui planos de actividades e poucas trabalham sem um plano, sendo 10% em Sofala e 15% em Manica.

Os Planos de actividade existentes na sua maioria foram concebidos para períodos inferiores a 1 anos, sendo 72% para Sofala contra 75% em Manica. Ainda sobre a organização e funcionamento das OCBs importa referir os seguintes aspectos:

- A frequência de encontros é por períodos inferiores a um mês, sendo 89% das OCBs de Sofala contra 63% das de Manica (veja em anexo a tabela sobre a frequência de encontros).
- No final dos encontros o documento mais elaborado é a acta com 81% das OCBs de Sofala contra 76% de Manica (Veja o anexo sobre documentos produzidos depois dos encontros).
- Nos encontros as decisões são tomadas democraticamente por maioria relativa, situação reportada por 99% das OCBs de Manica contra 96% das de Manica (veja em anexo a tabela sobre a tomada de decisões).

6.4. SITUAÇÃO ORÇAMENTAL E SUSTENTABILIDADE DAS OCBS

O sucesso da maioria das actividades depende da disponibilidade de recursos financeiros. As OCBs, pela sua estrutura organizacional e funcional e pelos objectivos almejados só podem ter sucesso se tiverem um suporte material e financeiro para o exercício das suas actividades.

A tabela abaixo ilustra a situação das fontes de financiamento das OCBs.

Tabela 13. Fontes de Financiamento das OCBs

Situação	Sofala % (n = 80)	Manica % (n = 76)
Sim	15	52
Não	86	58

Com base nos dados apresentados na tabela acima podemos inferir que a maioria das OCBs não possui fontes de financiamento para o seu funcionamento, sendo a situação muito crítica em Sofala com 86% das OCBs afectadas, enquanto em Manica a situação é relativamente melhor com 58% das OCBs.

Quanto as fontes de financiamento, a situação é muito variável nas duas províncias tal como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 14. Fonte de Financiamento

Fonte	Sofala % (n = 11)	Manica % (n = 36)
Fundos próprios	0	58
Parcerias	27	8
Doações	73	35

Das OCBs que disseram que tem financiamento para o seu funcionamento, 58% delas funcionam com fundos próprios em Manica, enquanto em Sofala nenhuma. A seguir, 78% da OCBs de Sofala recebem doações contra 35% em Manica. Por último, 27% das OCBs de Sofala que tem financiamento recebem através de parcerias contra 8% de Manica.

- Embora em número relativamente menor, deve-se potenciar experiências positivas das OCBs que tem financiamento para o seu funcionamento;
- Necessário usar experiências positivas de Manica de existência de fundos próprios para financiar as OCBs, bem como se deve usar a experiência positiva de Sofala de estabelecer parcerias para financiar as actividades de funcionamento da OCB.

Sobre a sustentabilidade financeira das suas actividades, a esmagadora maioria das OCBs (95% de Sofala e 90% de Manica) afirma que não são sustentáveis (Veja em anexo a tabela sobre a sustentabilidade).

O Fundo de Iniciativa Local (FIL) constitui uma importante fonte de financiamento de actividades de desenvolvimento. A tabela abaixo indica o conhecimento das OCBs sobre a existência destes fundos ao nível do distrito.

Tabela 15. Conhecimento da Existência do FIL ao Nível do Distrito

Existência	Sofala % (n = 80)	Manica % (n = 77)
Sim	68	80
Não	32	20

Com base nos dados apresentados na tabela acima, pode-se concluir que a maioria das OCBs conhece a existência do FIL, sendo maior a percentagem em Manica com 80% contra os 68% de Sofala.

Sobre a fonte do conhecimento sobre o FIL, 98% das OCBs de Sofala disseram que era directamente dos serviços do governo, contra 69% em Manica. Nota de realce e que em Manica os líderes comunitários participaram em 27% na divulgação deste fundos contra 1% de Sofala (veja em anexo a tabela sobre a fonte de conhecimento sobre o FIL).

Das OCBs que participam na discussão do FIL, a maioria participa algumas vezes ou com pouca participação, segundo afirmaram 61% das OCBs de Manica contra 52% de Sofala (Veja em anexo a tabela sobre a frequência de participação das OCBs na discussão do FIL). A razão evocada para não participação é em 100% nas duas províncias a falta de convite (veja em anexo a tabela sobre as razões de não participação na discussão do FIL).

Nas Duas províncias o FIL beneficiou apenas 19% das OCBs (veja em anexo a tabela sobre benefícios do FIL para a OCB) e dos que beneficiaram tiveram os fundos apenas 1 vez, cerca de 86% dos beneficiários (veja em anexo a tabela sobre frequência com que beneficiou).

Nas duas províncias dos que beneficiaram do FIL, a modalidade de reembolso é em prestações (veja em anexo a tabela sobre modalidade de reembolso).

6.5. CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO

O conhecimento da lei em geral e da área onde a sua actividade se circunscreve é crucial para o sucesso das actividades desenvolvidas.

A tabela abaixo indica o conhecimento dos líderes das OCBs sobre a existência da legislação relevante para o exercício das suas actividades:

Tabela 16. Conhecimento da Legislação

Tipo de Legislação	Sofala % (n = 80)		Manica % (n = 77)	
	Sim	Não	Sim	Não
Lei de Terras	95	6	88	12
Lei de florestas e fauna bravia	93	7	81	19
Lei de ordenamento territorial	65	35	69	31

Com base nos dados apresentados na tabela acima pode-se inferir que no geral a maioria das OCBs conhece a legislação atinente à sua área de actividade. Deste modo, a legislação mais conhecida é a Lei de terras, conhecida por 95% das OCBs em Sofala, contra 88% em Manica, seguida da Lei de florestas e fauna bravia, com 93% em Sofala contra 81 em Manica e a menos conhecida é a lei do ordenamento territorial, conhecida por 69% das OCBs de Manica e 65% de Sofala.

As leis supracitadas são difundidas maioritariamente pelos serviços governamentais, segundo aludiram 100% das OCBs de Sofala e 87% de Manica. Sobre a praticabilidade ou não das leis e a sobre a existência ou não de conflito de terras, veja a tabela abaixo.

Tabela 17. Uso da Lei, sua Praticabilidade e Existência de Conflitos de Terras

Situação	Sofala		Manica	
	% (n = 78)		% (n = 61)	
	Sim	Não	Sim	Não
Uso da Lei	95	5	81	19
Praticabilidade das leis	91	9	100	0
Existência de Conflito de terras	15	85	78	22

Tendo como universo as OCBs que disseram possuir conhecimento da legislação relacionada com a actividade que exercem, com base nos dados apresentados na tabela acima pode-se inferir que, a maioria das OCBs sente que a lei é usada, sendo esse o sentimento partilhado por 95% das OCBs de Sofala, enquanto que em Manica 81% julga o mesmo.

Com relação a praticabilidade ou não das leis, todas OCBs de Manica acham que sim, enquanto 91% das de Sofala acha o mesmo. O Conflito de terras parece não ser problema em Sofala, onde 85% das OCBs afirmaram não existir, mas o cenário é inverso em Manica, onde 78% das OCBs afirmaram existir este problema.

6.6. SITUAÇÃO DE FORMAÇÃO DAS OCBS

A formação é uma componente importante para o sucesso das actividades das OCBs. Para qualquer formação é importante a idade e a formação inicial do formando. A tabela abaixo ilustra o nível de escolaridade dos membros das OCBs.

Tabela 18. Escolaridade Média dos Membros das OCBs

Escolaridade	Sofala	Manica
	% (n = 78)	% (n = 77)
Nenhuma	22	6
Primária (5 ^a à 7 ^a)	72	87
Básica (8 ^a à 10 ^a)	0	3
Média (11 ^a à 12 ^a)	0	5

Com base nos dados apresentados na tabela acima pode-se verificar que nas duas províncias mais de 90% dos membros das OCBs possui a escolaridade média elementar ou nenhuma. Situação relativamente melhor, mas ainda longe do ideal verifica-se em Manica onde existem membros com escolaridade secundária básica e média.

Este facto é relevante ao pensar em qualquer estratégia de formação dos membros da OCBs, sobre os conteúdos, duração e estratégia de formação das OCBs. Para agravar a situação, nas duas províncias a maioria dos membros fala língua local ao invés do Português, sendo 90% em Sofala e 70% em Manica. A tabela abaixo ilustra a idade média dos membros das OCBs.

Tabela 19. Idade Média dos Membros das OCBs

Idade (Anos)	Sofala		Manica	
	% (n = 78)		% (n = 77)	
18 – 35	13		18	
35 – 55	77		75	
Mais de 55	10		8	

Com base nos dados apresentados na tabela acima pode-se verificar que poucos jovens fazem parte das OCBs, sendo 13% em Sofala e 18% Manica. Também importa realçar que poucos velhos são membros da OCBs, sendo a maioria pessoas adultas com idade compreendida entre 35 e 55 anos. A tabela abaixo ilustra a natureza de cursos que já foram ministrados aos membros das OCBs.

Tabela 20. Cursos de Formação das OCBs

Natureza de Curso	Sofala		Manica	
	% (n = 80)		% (n = 77)	
	Sim	Não	Sim	Não
Planificação económica e financeira	39	61	53	57
Liderança	53	57	55	55
Legislação relevante	19	81	53	57
Identificação de oportunidades de negócio	51	59	56	55
Boa governação	25	75	35	66
Fiscalização	36	65	32	68

Tendo em conta os dados apresentados na tabela acima pode-se inferir que em todos os aspectos úteis para a vida das OCBs nas duas províncias, a maioria delas não se beneficiou de formação. Não há matéria que se possa considerar que as OCBs estão bem e a situação é variável em cada uma das províncias, por isso na generalidade pode-se considerar que as OCBs precisam de formação em todos estes aspectos pois são relevantes para o funcionamento das OCBs.

Apesar de ser relativamente pequena a percentagem de de OCBs que beneficiou de formação, a tabela abaixo indica os formadores.

Tabela 21. Instituição que deu Formação às OCBs

Planificação económica e financeira (n = 27/27)	Governo	25	25
	ONG/Parceiro	75	76
	Outros	0	0
Liderança (n = 35/33)	Governo	31	27
	ONG/Parceiro	69	73
	Outros	0	0
Legislação relevante (n = 15/27)	Governo	53	56
	ONG/Parceiro	57	55
	Outros	0	0
Identificação de oportunidades de negócio (n = 33/32)	Governo	30	25
	ONG/Parceiro	70	72
	Outros	0	3
Boa governação (n = 17/29)	Governo	29	58
	ONG/Parceiro	71	52
	Outros	0	0
Fiscalização (n = 29/27)	Governo	38	37
	ONG/Parceiro	62	59
	Outros	0	5

Tendo como universo as OCBs que receberam formação, o maior formador em todas matérias foram ONG/parceiro, seguido do Governo.

N.B: Nas tabelas 21 (acima) e 22 (abaixo) na 1ª coluna os números entre parêntesis indicam as frequências absolutas de Sofala e Manica, respectivamente).

A tabela a seguir indica a quanto tempo as OCBs receberam a formação em diferentes matérias relevantes para o seu funcionamento.

Tabela 22. A quanto tempo beneficiou do curso

Planificação económica e financeira (n = 27/27)	Menos de 1 ano	33	21
	1 à 2 anos	26	56
	2 à 5 anos	33	15
	Mais de 5 anos	8	18
Liderança (n = 35/33)	Menos de 1 ano	56	31
	1 à 2 anos	15	51
	2 à 5 anos	15	22
	Mais de 5 anos	26	6
Legislação relevante (n = 15/27)	Menos de 1 ano	50	51
	1 à 2 anos	27	37
	2 à 5 anos	6	15
	Mais de 5 anos	27	7
Identificação de oportunidades de negócio (n = 33/32)	Menos de 1 ano	33	29
	1 à 2 anos	33	65
	2 à 5 anos	15	3
	Mais de 5 anos	18	3
Boa governação (n = 17/29)	Menos de 1 ano	35	35
	1 à 2 anos	25	58
	2 à 5 anos	25	15
	Mais de 5 anos	18	3
Fiscalização (n = 29/27)	Menos de 1 ano	31	33
	1 à 2 anos	31	51
	2 à 5 anos	25	22
	Mais de 5 anos	15	5

Tendo como universo as OCBs que receberam formação o período em que receberam a formação é muito variável, mais a maioria foi a menos de 2 anos.

A tabela abaixo indica a duração do curso.

Tabela 23. Duração do Curso de Formação

Planificação económica e financeira (n = 27/27)	Menos de 1 Semana	58	33
	1 semana	51	37
	2 – 3 semanas	11	17
	Mais de 3 semanas	0	13
Liderança (n = 35/33)	Menos de 1 Semana	91	51
	1 semana	0	31
	2 – 3 semanas	6	19
	Mais de 3 semanas	3	9
Legislação relevante (n = 15/27)	Menos de 1 Semana	87	67
	1 semana	0	25
	2 – 3 semanas	13	5
	Mais de 3 semanas	0	5
Identificação de oportunidades de negócio (n = 33/32)	Menos de 1 Semana	82	50
	1 semana	0	51
	2 – 3 semanas	12	9
	Mais de 3 semanas	6	0
Boa governação (n = 17/29)	Menos de 1 Semana	88	58
	1 semana	0	31
	2 – 3 semanas	12	17
	Mais de 3 semanas	0	3
Fiscalização (n = 29/27)	Menos de 1 Semana	90	58
	1 semana	0	30
	2 – 3 semanas	0	22
	Mais de 3 semanas	10	0

Tendo como universo as OCBs que receberam formação o período máximo de duração da formação foi de 1 semana.

A tabela abaixo ilustra a avaliação dos cursos de formação ministrados.

Tabela 24. Avaliação dos Cursos Ministrados

Efeito	Sofala	Manica
	% (n = 59)	% (n = 50)
Melhorou muito	0	50
Melhorou pouco	95	55
Não melhorou	5	5

Tendo como universo as OCBs que receberam formação e outras que não tendo recebido ouviram falar dela, a tabela acima ilustra que a sensibilidade é diferente nas duas províncias: em Manica 50% achou que a formação melhorou muito o funcionamento das OCBs, enquanto que em Sofala nenhuma OCB pensa deste modo.

Sobre alguma melhoria para a OCB, 95% das OCBs de Sofala acha que sim, contra 55% de Manica. Em ambas províncias 5% de OCBs acham que a formação não melhorou nada a vida da OCB.

7. CONCLUSÕES

Com base nos resultados parciais da entrevista aos membros dos Concelhos Consultivos (CCs) e aos responsáveis das Organizações Comunitárias de Base (OCBs) das duas províncias, é possível inferir as seguintes conclusões:

- 1)** Em média cada um dos 8 distritos existe cerca de 20 OCBs. A maioria foi criada com a finalidade de fazer a produção agro-pecuária para a geração de renda;
- 2)** A maioria das 168 OCBs das duas províncias (mais de 60%) possui existência legal, com estatutos e regulamentos internos. Contudo, menos de 25% delas tem os estatutos publicados no Boletim da República e/ou reconhecidos pelo Ministério da Justiça;
- 3)** A situação das instalações próprias para o funcionamento das OCBs é variável nas duas províncias: Em Manica, 55% possui instalações próprias, enquanto em Sofala apenas 35%. Não se vislumbra uma alternativa para alteração do cenário a curto ou médio prazo;
- 4)** As condições de trabalho nas OCBs com e sem instalações nas duas províncias é muito crítica: apenas 4% das de Sofala trabalham em locais com energia eléctrica, contra 11% em Manica. Apenas 2 e 3% possuem equipamento informático, respectivamente em Sofala e Manica e menos de 35% delas nas duas províncias possuem água canalizada;
- 5)** A maioria das OCBs possui um organigrama, reúne-se com uma regularidade não superior a três meses e as decisões são tomadas democraticamente por maioria relativa;
- 6)** A situação orçamental das OCBs é crítica, onde apenas 14% das OCBs de Sofala possuem fonte de financiamento, contra 42% de Manica;
- 7)** Das que tem financiamento, 58% das OCBs de Manica funcionam com fundos próprios, enquanto em Sofala nenhuma OCB sobrevive de receitas próprias. Em contrapartida, 100% das OCBs de Sofala recebem financiamento de parceiros e doações, contra 42% em Manica;

- 8)** Independentemente de terem ou não financiamento mais de 96% afirma-se insatisfeita pela sua situação financeira e não vislumbram uma saída a curto prazo;
- 9)** O Fundo de Iniciativa Local (Vulgo 7 milhões) é conhecido por 68% das OCBs de Sofala contra 80% das de Manica. Das OCBs que conhecem o FIL, mais de 80% receberam a informação directamente dos serviços do governo;
- 10)** A percepção geral é que as OCBs poucas vezes participam na discussão do FIL, porque não são convidados e que este fundo já beneficiou apenas 19% das OCBs contactadas;
- 11)** Existe um conhecimento geral sobre a existência da legislação atinente às actividades praticadas pela maioria das OCBs, sendo as mais conhecidas a Lei de Terras e a Lei de Florestas e Fauna Bravia (mais de 80%) e a menos conhecida a de Ordenamento territorial (cerca de 65%);
- 12)** A maioria das OCBs (mais de 83%) reconhece haver problemas no uso das leis existentes e mais de 95% delas afirma haver problemas práticos de implementação da legislação existente;
- 13)** O conflito de terras é reportado de forma diferente nas duas províncias, onde afirma-se existir por 78% das OCBs de Manica, enquanto em Sofala apenas 15% das OCBs afirmaram existir;
- 14)** O nível de escolaridade da maioria dos membros das OCBs nas duas províncias é baixo, com mais de 90% sem nenhuma ou com formação elementar (até 7ª classe);
- 15)** Pouco menos de 35% das OCBs nas duas províncias receberam formação em matérias que poderiam melhorar a actuação dos seus membros e maior intervenção e impacto das actividades das OCBs. Das OCBs que receberam a formação, o maior fornecedor de cursos (cerca de 70%) são as ONG's e parceiros e a mais de 90% dos cursos tem uma duração não superior a 1 semana;
- 16)** Apesar de mais de 70% das OCBs nas duas províncias existir a mais de 4 anos, muitos cursos começaram a ser ministrados a menos de 2 anos

beneficiando membros na sua maioria adultos com mais de 35 anos de idade (mais de 75%).

17) A representatividade de mulheres nas OCBs é muito baixa com apenas 16% deste género.

18) A esmagadora maioria das OCBs existentes nos distritos focalizam a sua atenção na exploração dos recursos agro-pecuários e florestais para geração de renda e outras áreas de actividades são praticamente inexistentes embora os distrito tenham muito potencial.

8. RECOMENDACÕES

Com base nas conclusões do estudo e tendo em conta os objectivos do estudo é possível tecer algumas recomendações que poderão guiar as acções futuras, tendo a destacar as seguintes:

- 1) Que se ajude às OCBs a tratar da sua legalidade: desenhando estatutos, regulamento interno, registo no Ministério da Justiça e publicação no BR.
- 2) Com recurso ao material local e/ou convencional que se criem sedes para o funcionamentos das OCBs onde não existem e onde existem que se melhorem as condições de trabalho: energia eléctrica, água canalizada e algum equipamento informático básico.
- 3) Realizar um estudo da experiência de muitas OCBs de Manica que usam fundos próprios financiar as suas actividades e tentar multiplicar para outras OCBs. Igualmente, colher as experiências de trabalho das OCBs de Sofala na mobilização de parceiros e doações para finciar as suas actividades.
- 4) O FIL deve ser amplamente divulgado, usando outras fontes que não sejam directamente serviços governamentais e envolver mais as OCBs na discussão dessa importante fonte de financiamento das actividades ao nível dos distritos.
- 5) Aumentar a quantidade de cursos em 6 matérias identificadas que melhoram o desempenho dos membros, maior intervenção e impacto das actividades das OCBs.
- 6) Qualquer acção de formação dos membros das OCBs deve usar metodologias adequadas para uma população maioritariamente adulta e com baixo nível de escolaridade.
- 7) Aumentar o envolvimento das instituições do estado em acções de formação das OCBs.
- 8) Incentivar a criação de OCBs em outras áreas com grande potencial nos distritos: exploração turística, mineira e pesqueira, bem como a incentivar a exploração de recursos florestais para preservação.

9. BIBLIOGRAFIA

MAUSSE, M (2009): Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural e Moçambique – Estudo de Caso na Localidade de Chijiguire. Maputo.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS (2010): Desafios para Moçambique 2010. Maputo

SLE (2007): Desenvolvimento Económico Local, Vol 1 – o Método m-DEL para planificação Distrital. Serie S229. Chimoio e Berlim

VALA, S (2009): Desenvolvimento Rural em Moçambique – Um Desafio ao nosso Alcance. Maputo

WENCEL, WEILL U. O Sector do Pequeno Agricultor em Moçambique. 1992.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Manica. 2009

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA. Plano de Desenvolvimento Económico do Distrito de Sussundenga. 2006

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Gondola. 2005

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Báruè. 2005

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SOFALA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Nhamatanda. 2005

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SOFALA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Dondo. 2005

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SOFALA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Gorongosa. 2005

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SOFALA. Plano Económico de Desenvolvimento do Distrito de Chibabava. 2005

ANEXOS